

Batista, Vera Malaguti (org.) (2012), *Loïc Wacquant e a questão penal no capitalismo neoliberal.*

Maria do Carmo de Oliveira Vargas



Edição electrónica

URL: <http://journals.openedition.org/rccs/6421>
DOI: 10.4000/rccs.6421
ISSN: 2182-7435

Editora

Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra

Edição impressa

Data de publicação: 1 setembro 2016
Paginação: 142-145
ISSN: 0254-1106

Refêrencia eletrónica

Maria do Carmo de Oliveira Vargas, « Batista, Vera Malaguti (org.) (2012), *Loïc Wacquant e a questão penal no capitalismo neoliberal.* », *Revista Crítica de Ciências Sociais* [Online], 110 | 2016, posto online no dia 26 setembro 2016, consultado o 25 setembro 2020. URL : <http://journals.openedition.org/rccs/6421> ; DOI : <https://doi.org/10.4000/rccs.6421>



Recensões

Santos, Ana Cristina (2013), *Social Movements and Sexual Citizenship in Southern Europe*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 240 pp.

Social Movements and Sexual Citizenship in Southern Europe constitui um estudo de grande fôlego sobre o associativismo Lésbico, Gay, Bissexual, Transgénero e *Queer* (LGBTQ) português, sendo que a autora já anteriormente tinha lançado as suas bases em *A lei do desejo. Direitos humanos e minorias sexuais em Portugal* (2005),¹ prosseguindo-o depois na sua tese de doutoramento, que a obra em análise largamente reflete. Não será doravante legítimo, para quem trate do tema, deixar de passar por *Social Movements and Sexual Citizenship in Southern Europe*. Convém assinalar que esta obra transcende em muito as limitações geralmente inerentes aos trabalhos académicos. E isto não apenas pela sua excelência intrínseca, mas porque vem numa sequência, que é tão biográfica como teórica, absolutamente coerente com toda a pesquisa anterior de Santos – desde *A lei do desejo*, posteriormente prosseguida, até à conceção do projeto “*INTIMATE – Cidadania, cuidado e escolha: a micropolítica da intimidade na Europa do sul*”, financiado pelo *European Research Council*, cujas bases teóricas se pode depreender que já se encontram, em grande medida, em *Social Movements and Sexual Citizenship in Southern Europe*. Teoricamente, o ponto de partida da obra encontra-se na intersecção dos estudos sobre os movimentos sociais, os estudos *Gay*, Lésbicos e *Queer* (GLQ) e os estudos sobre a cidadania sexual. Paralelamente,

os movimentos e os contextos LGBT de Espanha e de Itália foram sobretudo utilizados como contrapontos mais do que fontes de dados comparativos para o estudo do associativismo LGBT português. Está longe de ser abundante a literatura que o investiga e Ana Cristina Santos é a única autora que o abordou extensamente no seu conjunto e da forma mais minuciosa e aprofundada. Mais, além da “tese-objeto-académico” e acima de tudo, é a única que detém o mérito de ter formulado uma *tese teórica* de fundo sobre ele. Com efeito, após contextualizar o associativismo LGBT português no(s) âmbito(s) mais vasto(s) das mudanças políticas, legais e culturais no próprio país, bem como a nível global, a autora defende que, em Portugal especificamente, o movimento LGBT transcende de algum modo a clássica dicotomia entre assimilacionismo/integracionismo e radicalismo/confrontacionalismo, apresentando características singulares que definem um ativismo sincrético que uma abordagem teórica se tem de obrigar a considerar para o poder compreender cabalmente, evitando os enviesamentos decorrentes da aplicação à realidade nacional de grelhas teóricas formuladas em função de outros contextos históricos: “O ativismo sincrético é uma nova abordagem decorrente do seu uso combinado de estratégias orientadas para fins, que de outro modo poderiam ser vistos como incompatíveis. Aquilo que o impulsiona é um alvo estabelecido,

¹ Santos, Ana Cristina (2005), *A lei do desejo. Direitos humanos e minorias sexuais em Portugal*. Porto: Afrontamento, 203 pp.

de preferência a uma posição ideológica. O fundamento sobre que assenta o ativismo sincrético advém daquilo que os ativistas constroem como objetivos atingíveis, os quais determinam as estratégias empregadas e os ativistas percebem o sucesso do movimento com base nesses objetivos previamente definidos” (Santos, 2013: 157). Se algum reparo de monta houvesse a fazer, seria algo que inegavelmente afeta toda a atual pesquisa das ciências sociais e humanas sobre o movimento LGBT, e que consiste no facto de elas terem de confiar de algum modo em pressupostos não provados ou análises ainda consideravelmente superficiais ou insuficientes na sua generalidade sobre questões como o verdadeiro sentido e alcance da religião na sociedade portuguesa (e nas próprias pessoas LGBT). Ou da história da perseguição legal da homossexualidade, ou das formas e modalidades da homofobia na sociedade portuguesa e da homofobia internalizada na comunidade LGBT, para dar apenas estes exemplos. Nem por isso a investigação fica comprometida, porém: trabalho para quem o faça e com exigência não inferior à da presente obra. A autora retira duas conclusões de fundo que resultam da exploração teórica respeitante aos movimentos sociais. Primeiro, que o estudo destes requer uma moldura teórica capaz de dar conta da diversidade dos seus atores e estratégias, ao invés de construir os impactos dos movimentos segundo narrativas lineares, o que leva a autora à crítica das explicações sociológicas dominantes quanto à fragilidade

histórica e à ineficácia dos movimentos sociais em Portugal, que, afinal, a academia acaba por falsamente reiterar, na medida em que essencialmente os desvaloriza (p. 176). Segundo, que é imprescindível levar em consideração as contradições e tensões intrínsecas ao próprio associativismo LGBT, as quais, no entanto, acabam por fazer com que o ativismo beneficie com a sua constitutiva conflitualidade, que dinamiza o seu impacto nas esferas política, jurídica e mediática, sem ter de depositar a sua exclusiva confiança numa forçada homogeneidade estratégica e ideológica (p. 177). Ana Cristina Santos, que sempre prestou uma atenção crucial à relação entre a investigação académica e o ativismo político, tem com este livro um contributo incontornável para a esclarecer, sem excessivas complacências tanto para uma como para o outro. É importante destacar o facto de Santos compor o quadro teórico e histórico a partir do qual é possível empreender uma análise extremamente produtiva do processo que levou a que o nosso país tenha sido pioneiro na aprovação de uma lei que permite o casamento entre pessoas do mesmo sexo, ainda que o âmbito da obra abranja sobretudo uma época anterior e se refira a esse processo de forma muito breve; e ainda que a lei do casamento tenha vindo a marcar uma alteração histórica radical no quadro de funcionamento do associativismo LGBT em Portugal tal como ele foi estudado pela autora.

António Fernando Cascais

Batista, Vera Malaguti (org.) (2012), *Loïc Wacquant e a questão penal no capitalismo neoliberal*. Rio de Janeiro: Revan, 317 pp. Tradução de Sérgio Lamarão.

Os ensaios reunidos na obra apresentam uma abordagem da sociologia criminal-punitiva dos mais variados matizes,

fazendo com que a leitura completa possa prescindir da ordem em que os textos foram apresentados. Excetuando-se, é claro,

o ensaio de inauguração, que traz a contun-
dência do pensamento do sociólogo que
motiva o título – Loïc Wacquant. Voltado
para estudiosos de políticas públicas, sis-
temas prisionais, neoliberalismo, estudos
penais e demais interessados na temática,
contribui com rica e diversificada aborda-
gem do tema.

Característica marcante é o fato de que a
organizadora do volume, Vera Malaguti
Batista, cofundadora do Instituto Carioca
de Criminologia, assim como os convida-
dos à reflexão cumprem dois papéis que
nos parecem essenciais. Primeiramente,
o volume reúne abordagens que 1) per-
passam por conceitos de Michel Foucault,
ora aproximando-se ora afastando-se;
2) apreciam as origens protestantes esta-
dunidenses que sustentam a proposta do
conceito de estado penal; 3) analisam uma
política pública carioca implementada à
luz da teoria em análise; 4) trazem à baila
a participação dos espaços acadêmico e
científico em âmbito internacional frente
à questão penal, entre outras. A preleção
do volume reside na postura de diálogo
aberto, no qual os convidados, mesmo
reconhecendo-lhe o vigor teórico e empí-
rico, não deixam de sinalizar questões não
pacificadas e eventuais silêncios. Trata-se,
a nosso ver, de um processo de organiza-
ção competente exatamente por agrupar
abordagens polifônicas.

Wacquant, da Berkeley University e do
Centre de Sociologie Européenne (Paris),
trata enfaticamente cor/etnia e classe
social como categorias de análise essen-
ciais para compreensão social e política
da desigualdade social, pobreza e pro-
cessos de marginalização. “Forjando
o estado neoliberal: trabalho social,
regime prisional e insegurança social”,
assinado pelo homenageado, é a espinha

dorsal da obra. Tomando como ponto de
partida a reconfiguração social empreen-
dida a partir das décadas de 80 e 90 do
século passado, tornou-se patente a cons-
trução de um novo governo da insegurança
social, voltado para as tensões inerentes
às “populações problemáticas” e com
objetivo unívoco: invisibilizá-las. Governar
a nova insegurança social acabaria por
imbricar duas variáveis, a desregulamenta-
ção das relações de trabalho e o desmante-
lamento dos serviços de assistência social,
como forma de encurralamento rumo
a dois inexoráveis caminhos: à incisiva
desqualificação da força de trabalho do
subproletariado ou ao crime. A nova ges-
tão da insegurança social é a face travestida
da nova gestão da miséria.

Wacquant articula e amplia o conceito de
campo burocrático, tão caro que lhe serve
como início e como arremate do texto.
Formulado por Pierre Bourdieu, campo
burocrático configura-se como o *locus*
das forças sociais, onde são mobilizados
tanto o capital jurídico quanto o capital
simbólico. Introduce no cerne do campo
burocrático a polícia, todo o aparato judi-
ciário e as prisões como espaços essen-
ciais nas disputas simbólicas.

Em perspectiva histórica, detém-se na
compreensão da crise mundial concomi-
taneamente à desconstrução do *welfare*
State, amparada pela organização institu-
cional e discursiva do Estado penal, con-
ceito central em toda obra de Wacquant.
Com zelo, o herdeiro de Bourdieu desvela
as teias de análise especialmente quando
remete aos estudos de Frances Piven
e Richard Cloward.

O tradutor de *Vigiar e punir*² para o inglês
também dialoga com outro grande pensa-
dor francês – Foucault. Reconhecendo-o
como o mais ambicioso teórico a analisar

² Foucault, Michel (1997), *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes. Tradução de Raquel Ramalheira.

o significado da penalidade, da prisão e das formas de controlo no decurso dos séculos e, como lhe cabe, de sua expansão no século xx, abre também pontos de discordância. Apresentamos, sumariamente, as arestas levantadas.

A primeira foi a aposta *foucaultiana* de que as prisões seguiriam rumo à extinção, fato que a atual demografia do sistema carcerário contradiz. Em seguida, não obstante a difusão das “técnicas de adestramento” visando os “corpos dóceis”, Wacquant sustenta que, na prisão, bem mais que o adestramento, empreende-se a “neutralização brutal” do indivíduo. Diverge também quanto à capilaridade dos “dispositivos de normalização”, os quais, a seu ver, são especialmente contundentes no espaço penal, bem mais que na sociedade como um todo. Essa aresta nos parece existir em virtude da força das duas categorias contundentes em sua análise, qual seja: classe social e cor/etnia. A quarta aresta diz respeito ao fato de que, no último quartel do século xx, a punição continua visível ao público, sob a legitimação do Estado, e com a mídia fazendo preponderar a subjetivação coletiva da punição. Nesse último aspecto, Wacquant reconhece que, tendo sido publicado na década de 1970, Foucault não poderia prever que o Estado viria a compartilhar a espetacularização punitiva com a mídia hegemônica.

A diversidade de abordagens reunidas na obra fica expressa nos capítulos seguintes. Arbitrariamente começamos por “Subjetividades punitivo-penais”, de autoria de Cecília Coimbra, da Universidade Federal Fluminense (UFF) e Estela Scheinvar, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Ambas concordam com o autor de *As prisões da miséria* quanto às formas de escamotear as tensões sociais por meio da apologia e da regulamentação da punição, especialmente no tocante à invisibilização e ao silenciamento das

“populações problemáticas”. Mas o que particulariza o ensaio em análise são os contrapontos por elas colocados diante dos argumentos litigiosos de Wacquant quanto a Foucault, problematizando o fato de a prisão ser colocada como o cerne da lógica prisional que, em última análise, robustece o papel do Estado em (não) gerir as tensões sociais.

Já em “Punir os pobres: óbvio ululante! Ou não? Sociologia crítica da ‘onda punitiva’”, de autoria dos professores Gisálio Cerqueira Filho e Gislene Neder, ambos da UFF, surge a aposta na compreensão do “grande encarceramento” como sintoma evidente da crise do petróleo, de 1973, o qual impactou ostensivamente nas relações de força política em âmbito internacional e contribuíram para a transfiguração do Estado caritativo (termo caro aos autores) para o Estado penal. A riqueza do ensaio também se reflete ao se abordar a influência “não intencional” das ideias de Karl Marx, Friedrich Hegel e demais membros da Escola de Frankfurt sobre o pensamento de Wacquant, Bourdieu e Foucault no trato da questão da criminalidade.

Em “Merci, Loïc”, o professor Nilo Batista, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, subdivide seu artigo em oito itens. Com base nas correntes teóricas e na historiografia do direito penal, Batista demonstra, em síntese, o persistente afastamento entre a política criminal e a ciência política. Como consequência, o grande encarceramento imanente ao Estado punitivo tende a persistir, como tem previsto Wacquant, enquanto a política criminal não assumir, em alguma medida, o *ethos* da ciência política do poder punitivo, focalizando uma política pública implementada na cidade do Rio de Janeiro, através da Secretaria Municipal de Assistência Social, onde se promoveu um programa compulsório de internação da população de rua: pobres,

viciados em *crack*, etc., evidenciando-se uma política de assistência social dominada pela lógica polícialca e pan-óptica. Por fim, Batista dedica-se à realidade social à luz da teoria de Wacquant, sem melindres e sem disfarce sob discursos neutros e tecnicamente construídos.

Vera Malaguti Batista encerra a obra por ela organizada com o ensaio “Adesão subjetiva à barbárie”. Nele, levanta-se a seguinte pergunta: qual papel a Academia, por meio das universidades e de centros de pesquisa, tem assumindo frente ao processo de subjetivação punitiva em curso? Depois de todo o esforço da obra em problematizar, (re)formular e propor reflexões acerca da apropriação discursivo-institucional acerca

do duo crime-castigo, Malaguti coaduna com Edson Lopes (2009).³ Para ambos, a sociologia brasileira tem sucumbido à “obsessão pela segurança”, mas por meio da prestação de estudos técnicos e “neutros”, suprimindo e/ou omitindo-se da crítica desse novo fenômeno social e, como consequência, entregando-se ao inexorável funcionamento do *status quo*; na hipótese mais eufêmica, silenciando-se e/ou fugindo ao debate, o que se resumiria, nos termos da autora, nos seguintes termos: “O estado agencia o extermínio do cotidiano e a *intelligentzia* trata de mascará-lo” (p. 309).

Maria do Carmo de Oliveira Vargas

Duque, Eduardo (2014), *Mudanças culturais, mudanças religiosas – Perfis e tendências da religiosidade em Portugal numa perspectiva comparada*. Vila Nova de Famalicão: Editora Húmus, 338 pp.

Joseph Schumpeter, em *Capitalisme, socialisme et démocratie* (1990 [1942]),⁴ foi dos primeiros autores a referir que as mudanças económicas – refira-se, as grandes mudanças económicas – ultrapassam as contingências dos ciclos estruturais e são desencadeadas sobretudo pelas mudanças de valores que os agentes expressam. Eduardo Duque, em *Mudanças culturais, mudanças religiosas – Perfis e tendências da religiosidade em Portugal numa perspectiva comparada*, estuda sobretudo a mudança dos nossos valores, enquanto europeus e enquanto cidadãos que expressam (ou não) atitudes religiosas. Estudando o “Índice” (pp. 337-338),

podemos perceber nesta estrutura um esforço de aproximação de espaços (e de dimensões). Portanto, encontramos-nos perante uma obra de fronteira metodológica e de fronteira disciplinar.

O capítulo introdutório (pp. 7-16), além de enunciar o plano geral da investigação, tem uma atenção meritória sobre a revisão das tensões político-religiosas em Portugal, desde o período da Monarquia Constitucional até estes primeiros dez anos do século XXI. Esta é uma revisão suportada nas leituras de Oliveira (1994)⁵ ou Ramos (1983)⁶ que, na análise da integridade da obra, se compreende essencial para lançar

³ Lopes, Edson (2009), *Política e segurança pública: uma vontade de sujeição*. Rio de Janeiro: Contraponto.

⁴ Schumpeter, Joseph (1990), *Capitalisme, socialisme et démocratie*. Paris: Payot [orig. 1942].

⁵ Oliveira, Miguel (1994), *História eclesiástica de Portugal*. Mem Martins: Publicações Europa-América.

⁶ Ramos, António Jesus (1983), “A Igreja e a I República: a reação católica em Portugal às leis persecutórias de 1910-1911”, *Didaskalia*, 13, 251-302.

o quadro de modernidade – ou melhor, de complexidade – que o investigador Eduardo Duque encontrou na análise dos dados do *European Values Survey*, nomeadamente na edição mais recente (datada de 2008).⁷

O segundo capítulo (“Enquadramento Teórico da obra”, pp. 17-54) começa por colocar ao leitor uma pergunta desafiadora: “Tem o sociólogo um método para estudar a Religião mais adequado do que o do teólogo, filósofo ou psicólogo?” (p.17). Entende-se que a elencação destas quatro expressões de cientista social não é restritiva do leque de outras expressões, onde cabe o economista, o gestor ou o politólogo (Kumar, 2009).⁸ O capítulo progride para uma discussão detalhada sobre a “emancipação da Razão”, alcançando uma discussão muito estimulante sobre a *Crítica da Racionalidade Instrumental* (pp. 29-30), recheada de observações pertinentes de reflexão metodológica transversal às Ciências Sociais.

Este capítulo apresenta ainda uma discussão sobre a secularização/dessacralização das figuras do Divino (pp. 30-38). Enquanto na esteira da *Epístola de Tiago* poderíamos considerar o Próximo como o Sacrário do Deus Cristão, as novas “multiculturalidades religiosas” (pp. 36-37) caminham para uma religiosidade de fragmentos (onde o Ócio ou o Prazer, partilhados ou não, se afiguram, também, como espécies substitutas de Deus). Duque (2014) termina o capítulo II com uma discussão sobre os Centros de Galtung (pp. 50-54). Percebemos a relevância desta referência a Galtung (1971),⁹ na medida em que a dinâmica dos centros (por definição, os espaços de concentração dos pontos referenciais) leva a que os

agentes oscilem numa tensão permanente entre centro(s) e periferia(s).

Os capítulos III e IV (pp. 57-158) são, claramente, capítulos de análise empírica. Desde logo, principiam por uma atenção crítica sobre os métodos de recolha, amostragem e compilação do *European Values Survey* (pp. 58-60) ou de fontes complementares (como o *Anuário Católico*, os *Censos da Prática Dominicana*, ou a *Base de Dados do Instituto Nacional de Estatística*). Posteriormente, avançamos para a explicitação dos instrumentos de análise comparativa que Duque (2014) vai usar, sempre numa base comparativa (2008 face a 1990): distribuição das frequências de resposta (complementadas com uma discussão dos coeficientes de contingência), análise de componentes principais, análise da consistência interna dos fatores, correlação entre constructos e esboço de regressões bivariadas. Duque (2014) observa aqui um largo conjunto dimensional: a autoidentificação religiosa; a assistência aos serviços religiosos; e a dimensão religiosa e institucional. Algumas observações empíricas merecem ser destacadas. Dada a extensão dos desafios emergentes, permito-me destacar três: a crise de fé na população sénior, a forte correlação entre a importância atribuída ao Divino e ao Outro, e a relação interinstitucional. Os capítulos V e VI detalham um conjunto de evidências complementares, especialmente a diminuição entre a priorização das preocupações materialistas (“manter a ordem no país” e “combater a subida de preços”) e as preocupações pós-materialistas (capacitação política e proteção da liberdade de expressão). Nomeadamente, o gráfico 5.4 intitulado “Pós-materialismo, no conjunto, segundo as gerações (Diferenças de

⁷ GESIS (2008), *European Values Study*. Consultado a 30.06.2013, em <http://www.europeanvaluesstudy.eu/page/survey-2008.html>.

⁸ Kumar, Vikas (2009), “Law, Economics, and Religion”, *Indira Gandhi Institute of Development and Research*. Consultado a 15.09.2015, em http://works.bepress.com/vikas_kumar/36.

⁹ Galtung, Johan (1971), “A Structural Theory of Imperialism”, *Journal of Peace Research*, 8(1), 81-118.

percentagens)” (p. 167), mostra a diminuição das diferenças de percentagens entre os dados de pós-materialistas recolhidos em 2008, face aos recolhidos em 1990 (sobretudo para os indivíduos nascidos em 1971 ou em 1981). Explicação que converge com a explicação clássica de Inglehart (1977: 33) sobre a dinâmica das diferenças percecionadas nos valores de grupos de diferentes idades.¹⁰ Outra evidência relevante surge com o gráfico 6.1, intitulado “Posição religiosa, segundo índices” (p. 194), no qual as confissões não católicas em Portugal são identificadas como mais conservadoras do que no resto da Europa. Com o capítulo conclusivo, reconhecemos que estamos perante uma obra que prima desde logo por uma qualidade académica: a humildade. A polidez do texto também pode ser identificada como mais uma das forças da obra. Percebe-se o foco no lado da procura de religiosidade (foco naqueles

que procuram serviços ou expressões organizadas do religioso) e não tanto o foco da oferta de religiosidade (igrejas, confissões, instituições religiosas). A exploração deste *supply-side* do religioso deve ficar como uma motivação/ um desafio para a continuação da investigação das mudanças religiosas dos europeus (na esteira de Mourão, 2011¹¹ ou Bezjak, 2012¹²).

Outro desafio possível emerge da noção matemática do complemento do conjunto fechado – ao definirmos (isto é, ao fecharmos) o conceito de “religiosidade” temos consciência de que existe um espaço conceptual da não religiosidade? Quais as fronteiras do que é não religioso? Quais os pontos internos deste espaço não religioso? São questões que emergem naturalmente da riqueza derivada das discussões inerentes a esta obra de Eduardo Duque.

Paulo Reis Mourão

António Fernando Cascais

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa
Avenida de Berna, 26-C, 1069-061 Lisboa
Contacto: afcascais1@gmail.com

Maria do Carmo de Oliveira Vargas

Universidade Federal de Minas Gerais
Av. Antônio Carlos, 6627, Pampulha, Belo Horizonte, MG CEP 31270-901, Brasil
Contacto: mcvargas@ufmg.br

Paulo Reis Mourão

Departamento de Economia, Escola de Economia e Gestão da Universidade do Minho
Campus de Gualtar, 4700-015 Braga, Portugal
Contacto: paulom@eeg.uminho.pt

¹⁰ Inglehart, Ronald (1977), “The Silent Revolution in Europe: Intergenerational Change in Post-industrial Societies”, *American Political Sciences Review*, 65, 991-1017.

¹¹ Mourão, Paulo Reis (2011), “Determinants of the Number of Catholic Priests to Catholics in Europe – An Economic Explanation”, *Review of Religious Research*, 52(4), 427-438.

¹² Bezjak, Sonja (2012), “Catholic Women Religious Vocations in the Twentieth Century: The Slovenian Case”, *Review of Religious Research*, 54(2), 157-174.

